

**Procedimento concursal interno de acesso condicionado aos/às trabalhadores/as do Município de Torres Vedras, na categoria de fiscal, para ocupação de 1 posto de trabalho na categoria de fiscal coordenador na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

**Ref. 05/2022 – Área de Fiscalização Municipal da Unidade Jurídica e de Fiscalização, do Departamento de Estratégia**

A Prova de Conhecimentos será escrita, realizar-se-á individualmente, com uma duração de 90 minutos, com tolerância de 15 minutos.

Será composta por 3 grupos de questões:

- Grupo I – 8 questões de escolha múltipla (1 valor cada)
- Grupo II – 3 questões de resposta direta (2 valores cada)
- Grupo III – 1 questão de desenvolvimento (6 valores)

Bibliografia e legislação necessárias à preparação dos temas de suporte:

- Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;
- Regime jurídico das autarquias locais, Estatuto das Entidades Intermunicipais, Regime Jurídico da Transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e Regime Jurídico do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação vigente;
- Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação vigente;
- Plano Diretor Municipal de Torres Vedras aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 144/2007 publicada no Diário da República, série I, n.º 186, de 26 de setembro de 2007, alterado e republicado pelo Aviso n.º 927/2014 (Diário da República, 2.ª série, n.º 15, de 22 de janeiro de 2014) e alterado pelo Aviso n.º 12848/2019 (Diário da República, 2.ª série, n.º 153, de 12 de agosto de 2019);

- Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 240, de 16 de dezembro de 2011, alterado e republicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto de 2016;
- Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação vigente;
- Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 11 de abril, na redação vigente;
- Regime-Geral das Contraordenações aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação vigente;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação vigente;
- Regulamento de Organização dos Serviços Municipais da Câmara Municipal de Torres Vedras (ROSM), Aviso n.º 597/2021, publicado no Diário da República, n.º 5, parte H, de 8 de janeiro de 2021.

Durante a realização da prova de conhecimentos é permitida apenas a consulta da legislação, e/ou dos regulamentos listados, sem anotações, devendo os/as candidatos/as interessados/as em fazer uso desta faculdade trazer cópia dos mesmos.